

Os (nem tão novos) problemas educacionais brasileiros

The (not so new) brazilian educational problems

Los (no tan nuevos) problemas educativos brasileños

Recebido: 25/07/2022 | Revisado: 05/08/2022 | Aceito: 08/08/2022 | Publicado: 17/08/2022

Alessandra Dallagnol

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0179-4573>

Universidade de Cuiabá, Brasil

E-mail: profalessandradallagnol@gmail.com

Cilene Maria Lima Antunes Maciel

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4606-802X>

Universidade de Cuiabá, Brasil

E-mail: cilenemlamaci@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva discutir os principais problemas da educação brasileira que, apesar de não serem novos, ajudam a compreender com maior clareza o mau desempenho do Brasil nos testes educacionais nacionais e internacionais, como o PISA e o SAEB. Para tal, usamos a pesquisa bibliográfica cujos apontamentos já foram amplamente difundidos pela academia brasileira, seja por professores universitários, por professores da educação básica, instâncias sindicais e/ou até mesmo, a grande mídia. Logo, observamos ainda que, vários desses “problemas” foram sendo ressignificados ou negligenciados ao longo das décadas. Assim, partimos dos argumentos mais comuns usados para justificar tal baixa colocação do Brasil nesses rankings (chegando a estar atrás de países menos desenvolvidos), como: o baixo investimento em educação no Brasil, a indisciplina escolar e suas consequências para os docentes, o baixo estímulo de atração para as gerações mais jovens, a modificação que a carreira docente vem passando e, sobretudo, os discursos que alicerçam essas modificações, para nos fundamentarmos e entendermos de fato qual seria o cerne da questão. Por fim, observamos que embora os problemas estejam intrínsecos à educação possuindo nomes e sobrenomes, o conflito maior está nas diferentes visões de como resolvê-los. Dessa forma, notamos amplas discussões e visões a respeito de tais problemas, porém, no que diz respeito à práxis e quais atitudes deveriam ou poderiam ser tomadas, nada de concreto é elaborado ou instaurado. Esperamos com esse artigo contribuir para elucidar os pontos citados, já amplamente discutidos, mas que estão distantes do consenso.

Palavras-chave: Investimento em educação; PISA; Indisciplina; Problemas da educação brasileira.

Abstract

This article aims to discuss the problems of Brazilian education that, although they are not new, this view helps to understand more clearly the poor Brazilian performance in educational tests, such as PISA and SAEB. To this end, we used the bibliographical research whose notes have already been widely disseminated by the Brazilian academy, either by university professors, by basic education teachers, union instances and/or the main stream media. Therefore, we also observed that several of these "problems" have been re-signified or neglected over the decades. Thus, we started from the most common arguments used to justify such a low placement to Brazil in these rankings (coming behind less developed countries), such as: the low investment in education in Brazil, school indiscipline and its consequences for teachers, the low stimulus of attraction for the younger generations, the modification that the teaching career has been going through and, above all, the discourses that support these changes, to base ourselves to understand what would be the crux matter. Finally, we observed that although the problems are intrinsic to education and have names and surnames, the biggest conflict is in the different visions of how to solve them. In this way, we noticed ample discussions and visions about such problems, however, in what concerns about praxis and which attitudes should or could be taken, nothing concrete is elaborated or established. We hope that this article will contribute to clarify the points mentioned, which have been widely discussed, but are far from consensus.

Keywords: Investment in education; PISA; Indiscipline; Problems of Brazilian education.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir los principales problemas de la educación brasileña que, a pesar de no ser nuevos, ayudan a comprender más claramente el bajo desempeño de Brasil en las pruebas educativas nacionales e internacionales, como PISA y SAEB. Para ello, utilizamos la investigación bibliográfica cuyas notas ya han sido ampliamente difundidas por la academia brasileña, ya sea por profesores universitarios, profesores de educación básica, órganos sindicales y/o incluso los principales medios de comunicación. Por lo tanto, también observamos que varios de estos "problemas" fueron ressignificados o descuidados a lo largo de las décadas. Así, partimos de los argumentos más comunes utilizados para justificar la baja ubicación de Brasil en estos rankings (llegando a estar detrás de los países menos desarrollados), tales como: la baja inversión en educación en Brasil, la indisciplina escolar

y sus consecuencias para los docentes, el bajo estímulo de atracción para las generaciones más jóvenes, el cambio que ha venido atravesando la carrera docente y, sobre todo, los discursos que sustentan estos cambios, para fundamentarnos y entender realmente cuál sería el meollo del asunto. Finalmente, observamos que si bien los problemas son intrínsecos a la educación teniendo nombres y apellidos, el mayor conflicto está en las diferentes visiones de cómo resolverlos. De esta forma, notamos amplias discusiones y visiones respecto a tales problemas, sin embargo, respecto a la praxis y qué actitudes se deben o se pueden tomar, no se elabora ni se establece nada concreto. Esperamos con este artículo contribuir a dilucidar los puntos mencionados, que ya han sido ampliamente discutidos, pero que están lejos de ser consensuados.

Palabras clave: Inversión en educación; PISA; Indisciplina; Problemas de la educación brasileña.

1. Introdução

Já vastamente discutido no âmbito acadêmico brasileiro, chegando a tornar-se quase um senso comum, os inúmeros problemas da educação brasileira interligam-se e perpassam diversos fatores, causas, consequências, intentos de ajustes, busca por soluções e/ou justificativas. Entretanto, mesmo com essas numerosas tentativas e debates, ao tratarmos de práxis e resultados, a realidade aponta que pouco êxito foi alcançado e que tais problemas continuam a assombrar governantes, professores, alunos, pais e/ou qualquer outra pessoa que se importe com o futuro das próximas gerações e se debruce sob o tema. Assim, partiu-se da discussão sobre o baixo investimento em educação no Brasil, da indisciplina escolar, e suas consequências para os docentes, o baixo estímulo para atrair as gerações mais jovens, a modificação que a carreira docente vem passando e os discursos que alicerçam essas modificações.

O presente artigo objetiva discutir problemas educacionais brasileiros que não são novos, mas ajudam a compreender com maior clareza o mau desempenho do Brasil nos testes educacionais internacionais. Nesse sentido, este artigo busca por meio da compilação de ideias e estudos verificar se a baixa qualidade de ensino apontado pelo Pisa decorre da falta de investimento governamental na educação; abordar como a indisciplina em sala de aula pode adoecer os professores e afetar os índices educacionais e mostrar quanto o professor não é valorizado no seu trabalho docente.

Isso posto, busca-se neste artigo de revisão bibliográfica tratar dos maiores entraves encontrados no meio educacional brasileiro. Para tal, nos fundamentamos em fontes tanto a partir das vias acadêmicas, considerando a opinião de estudiosos da área da educação que convergem e divergem entre si em diversos tópicos quanto em dados oficiais do governo, órgãos e instituições internacionais além de matérias veiculadas à mídia tradicional que traz à luz parte da realidade escolar e seus agentes contribuindo para a formação do “senso comum” de nossa sociedade. O artigo justifica-se como forma de contribuir para refletirmos e principalmente debatermos sobre a melhoria do cenário da educação pública brasileira.

Na primeira seção, discorre-se a respeito dos investimentos feitos em educação nos últimos anos, obteve-se dados do período de 2003 a 2022, salvo 2016 e 2017. Tal panorama contribui para o entendimento de quanto realmente é investido no país, qual seria o ideal e em que posição o Brasil está nesse critério comparado a outros países.

Na segunda seção trata-se da principal queixa relatada por docentes no que diz respeito ao seu trabalho, a indisciplina. Logo, averigua-se qual o olhar dos estudiosos sobre a problemática e se as contribuições dadas são suficientes para sanar essa questão.

Seguindo para a terceira seção, explana-se acerca do desgaste sofrido pela docência, consequência tanto desse desgaste quanto do conjunto de fatores citados nas seções anteriores, e como contribuem para que haja um quadro debilitado da docência brasileira, seja no âmbito literal ou metafórico.

Por fim, nas considerações finais, pôde-se concluir que embora os problemas que estão intrínsecos à educação possuam nomes e sobrenomes, nota-se que, apenas o conhecimento de sua existência não é suficiente para saná-los. Ainda, pôde-se observar também que, embora o debate seja de extrema importância e contribua muito para o crescimento, principalmente, da melhoria do cenário da educação pública brasileira. O fato é que existem diferentes óticas acerca da forma como solucionar tais impedimentos. Entretanto, o debate que, a priori, deveria servir para criar soluções, mostra-se restrito ao

discurso enquanto o sistema educacional, pais, alunos, diretores e, principalmente professores, se deterioram e padecem sem resoluções.

2. Metodologia

Este trabalho é de cunho qualitativo, de caráter explicativo e em relação às fontes de investigação, de acordo com Marconi e Lakatos (2018), caracteriza-se como estudo de revisão bibliográfica, na qual buscou-se tratar dos maiores entraves encontrados no meio educacional brasileiro. Para tal, nos fundamentamos em fontes tanto a partir das vias acadêmicas, considerando a opinião de estudiosos da área da educação que convergem e divergem entre si em diversos tópicos quanto em dados oficiais do governo, órgãos e instituições internacionais além de matérias veiculadas à mídia tradicional.

3. Resultados e Discussão

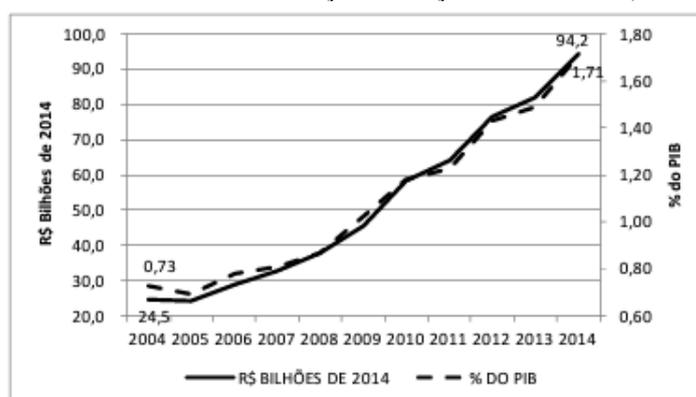
3.1 Os investimentos na Educação

Um discurso recorrente na educação é o de que a baixa qualidade do ensino brasileiro detectada nos testes padronizados como, por exemplo, o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), decorre do baixo investimento governamental na área. Esse discurso se concretiza em diversos seguimentos: acadêmico, sindical, midiático e, até mesmo, no senso comum. O que se busca nesta seção é verificar até que ponto tal percepção é pertinente, considerando dados divulgados em grandes instituições nacionais e internacionais, sites oficiais e matérias midiáticas, difundidas em larga escala, entre os brasileiros. Ressalta-se que, ao se estabelecer comparações entre países, será considerada também a realidade de nosso país.

Segundo matéria publicada em 11/09/2019 pela revista Exame, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (daqui em diante OCDE) recomenda 3,2% em média do Produto Interno Bruto (PIB) de um país para a educação. Ainda segundo a mesma reportagem, no ano de 2016 o Brasil investiu 4,2% de seu PIB nesse segmento, o que já indica um investimento maior do recomendado pela instituição internacional.

A fim de ter uma linearidade com os gastos, obtiveram-se registros a partir do ano de 2004 conforme apontado no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Despesa do Governo Federal na Função Educação: 2004 a 2014 (R\$ Bilhões de 2014 e % do PIB).



Fonte: Boletim Legislativo nº26, de 2015, p.2.

Os dados do estudo citado foram coletados pelo Prof. Dr. Marcos Mendes, economista e consultor legislativo do senado à época. Pelo gráfico, observa-se o gigantesco aumento de verbas destinadas à educação que passaram de R\$ 24,5 bilhões em 2004 para R\$ 94,2 bilhões em 2014. Sobre esse aumento significativo nos gastos num intervalo de dez anos, o autor destaca que

Tal expansão de gastos pode ser considerada algo muito positivo para o país, **se os programas nos quais o dinheiro está sendo aplicado efetivamente derem retornos à sociedade** em termos de melhor qualificação da população, aumento de produtividade, ganhos de renda, redução das desigualdades de oportunidade, etc. Por outro lado, **pode representar um aumento de custos sem retorno social se os programas federais voltados à educação forem ineficientes**. Nesse caso, a sociedade estaria pagando mais impostos para custear serviços que não lhes dão o esperado retorno. (*ibidem*, 2015, p.8 – grifo nosso).

Dessa forma, na perspectiva do economista, a ampliação do investimento pode gerar por um lado, grandes benefícios sociais, mas, por outro, apenas um aumento de custo pago pelo contribuinte caso não seja bem aplicado.

A respeito dos gastos do governo federal em educação, obteve-se no portal da transparência o total de investimentos na pasta desde 2018. Infelizmente, não foram encontrados dados disponíveis que tangem aos anos anteriores de 2016 e 2017. Contudo, a partir da amostra coletada já pode-se observar um aumento considerável no orçamento entre os anos de 2018 e 2021, investimento o qual mostrou-se indiferente à qualidade conforme amplamente divulgado por diversos veículos de comunicação com o Brasil “na lanterna” do ranking da educação. A seguir encontra-se o quadro de orçamentos e despesas segundo o site oficial do governo brasileiro:

Quadro 1 – Gastos governamentais em educação de 2018 – jan/2022.

	Orçamento atualizado para a área de atuação educação	Total de despesas executadas para a área de atuação educação
2018	R\$ 114.309.381.798,00	R\$ 95.590.471.550,92
2019	R\$ 118.339.807.708,99	R\$ 94.473.991.504,89
2020	R\$ 110.648.446.765,00	R\$ 88.078.892.529,99
2021	R\$ 120.042.886.110,00	R\$ 96.054.973.406,20
2022	R\$ 100.989.150.326,00	R\$ 15.627.899,63

Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que, a primeira coluna diz respeito ao orçamento (ou seja, dinheiro disponível) enquanto a segunda mostra o quanto foi gasto efetivamente. Destaca-se ainda que o valor de R\$ 15.627.899,63 foi disponibilizado para o mês de janeiro, considerando que ainda estamos¹ no primeiro mês de 2022 e que o orçamento para o ano de 2022 encontra-se na média dos anos anteriores. Portanto, tais números mostram que parte dos problemas educacionais brasileiros não está diretamente atrelada a valores, mas talvez à forma como são investidos.

3.1.1 Comparando o Brasil com outros países membros da OCDE

Com sede em diferentes cidades do mundo como Hamburgo, Nova Iorque, Londres, Paris, Amsterdam, Tóquio, Singapura entre outros, a companhia de dados *Statista* gerencia dados e informações sobre vários países do globo. No que diz respeito à educação, segundo levantamento feito pela empresa com base em dados da OCDE, a instituição elaborou um ranking compondo os países que mais investem em educação.

No topo da lista encontram-se Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e França. Contudo, ao confrontarmos esse ranking com o PISA (avaliação que tem por objetivo de medir o nível/qualidade educacional), o cenário

¹Período na qual o artigo foi escrito.

se modifica, e apenas o Canadá se mantém entre os países citados anteriormente. Liderando o *ranking* do PISA encontra-se respectivamente China, Singapura, Estônia, Japão, Coreia do Sul e Canadá.

A partir dessas informações, tanto no primeiro tópico deste artigo quanto neste, pode-se observar que nem sempre altos investimentos signifiquem um retorno proveitoso para a sociedade de modo geral na formação de seus indivíduos.

3.1.2 Dados de Mato Grosso

Saindo da esfera macro e adentrando a micro, neste caso, o estado de Mato Grosso, a realidade não poderia ser diferente. Nos últimos anos inúmeros investimentos foram feitos, mas sem muito retorno ou perspectiva positiva para aperfeiçoar sua estrutura educacional. Fachadas foram mudadas e os muros e salas de aula pintadas de azul marinho, ou seja, mudaram aparência das escolas, mas, sem previsão de mudanças que afetem diretamente o resultado pedagógico. Porém, apesar de pesados investimentos como os supracitados, as escolas continuam muito comumente com ventiladores e/ou aparelhos de ar-condicionado que não funcionam direito, quadros a base do uso de giz, carteiras quebradas ou desconfortáveis para 4 ou 5 horas de permanência, laboratórios de informática com aparelhos antigos, incompletos ou “entulhados”, ausência de projetores, cabos com conexão ao projetor e à internet, caixas de som, e tantas outras ferramentas que poderiam melhorar o trabalho docente.

A respeito da infraestrutura escolar, Schimieguel e Schimieguel (2015) criticam inclusive a forma como os agentes públicos escolhem, desde o lugar em que as escolas serão construídas, até como destinam as verbas usadas para sua manutenção que, em algumas vezes, tal apreço atrela-se mais a seus próprios interesses.

[...] A escolha de terrenos para construção de escolas, geralmente, não é feita a partir de critérios pedagógicos e sim políticos ou geográficos. Muitas vezes, escolhe-se uma área “sobrante”, um terreno público que não tem valor comercial ou uma área de fácil acesso. O contato com a natureza no ambiente escolar e o espaço amplo nem sempre são vistos como prioridade pelas autoridades. A prioridade é construir mais salas para atender um número maior de alunos. [...] (Schimieguel e Schimieguel, 2015, p. 81-82)

A título de exemplo sobre a gestão dos recursos públicos para a área da educação, o site mato-grossense RD News, declara em reportagem de 21/08/2017 que a prefeitura de Cuiabá fechou um acordo de aproximadamente R\$ 13 milhões com a empresa de tecnologia Microsoft a qual forneceria suas principais ferramentas de tecnologia *Microsoft Office* (word, excel, powerpoint etc.).

Uma ótima iniciativa, afinal, professores poderiam usar as melhores ferramentas para organizar e desenvolver suas aulas, e conseqüentemente, os alunos iriam aprender a como trabalhar usando-as. Todavia, valeria questionar se a prefeitura se preocupou em elaborar um mapeamento indicando quais escolas teriam laboratórios de informática com equipamentos de bom desempenho acessíveis para aquele contingente de alunos? Ou, um questionário socioeconômico para verificar quantos alunos possuem computadores, celulares ou *tablets* próprios para desempenhar suas tarefas domiciliares usando as ferramentas fornecidas pelo contrato com a empresa? Ou ainda, como (ou seja, a práxis) um pacote de ferramentas que inclui um software para elaboração de textos, outro para desenvolvimento de planilhas e mais um para apresentações poderia contribuir para o processo de alfabetização de crianças de 6 anos? Tais planejamentos parecem estar distantes do raciocínio logístico de nossos gestores ao não os considerar.

Não diferente, encontra-se no site “Gazeta Digital” a notícia de um novo acordo entre a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso com a Fundação Getúlio Vargas de R\$549 milhões de reais, segundo a matéria

O sistema estruturado é composto por apostila, plataforma digital, aplicativo, avaliações semestrais, exercícios complementares, banco de perguntas e formação continuada dos professores com duração de 120 horas por ano. O material didático possui a metodologia já aplicada na rede privada e será entregue pela Seduc nas escolas estaduais a partir de fevereiro de 2022. (Digital, R. do G., 2021)

Como no caso anterior, a iniciativa parece ser muito próspera, entretanto, caberia um último questionamento: as escolas públicas de Mato Grosso, não precisariam de uma infraestrutura primária, isso é, todo o arsenal básico citado anteriormente como os laboratórios (tanto de ciências quanto de informática), atualização das bibliotecas, entre outras necessidades, antes do referido acordo que contempla 120h anuais de formação continuada, sistema de banco de questões virtuais e apostilas? Principalmente, quando já são disponibilizados livros didáticos pelo governo federal através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)?

Ao refletir sobre tais pontos, percebe-se um planejamento no que diz respeito a valores, mas não nos benefícios práticos ou resultados que esses acordos podem proporcionar em longo prazo, aparentando mais uma “aposta” (algo em que se arrisca sem a certeza dos benefícios) do que um planejamento estrutural com passo a passo, partindo de realidade concreta e visível e vislumbrando exatamente o resultado final ao qual espera-se chegar.

3.2 A saúde docente e a indisciplina

Ao buscar no Google acadêmico pesquisas sobre indisciplina, percebe-se que predominam trabalhos das duas décadas anteriores – entre 1990 e 2010 – período profícuo em discussões sobre uma das causas de desgaste físico e emocional de professores. Dentre elas, principalmente, a síndrome de *Burnout*. Segundo Benedetti e De Marco (2016, p. 23)

a síndrome de *burnout* ou síndrome do esgotamento profissional é descrita como um processo de adoecimento psicofísico decorrente da exposição intensa ao estresse crônico no ambiente de trabalho. O termo *burnout* procura descrever o estado de esgotamento e exaustão emocional, cognitivo e físico que acomete o indivíduo em resposta à exposição ao estresse prolongado. (Benedetti & De Marco, 2016, p. 23)

Logo, percebe-se que essa síndrome, para o professor, é uma patologia diretamente relacionada a sua atividade laboral, que provoca ainda, segunda a autora

[...] sentimentos negativos e incapacitantes como: ansiedade, desânimo, desilusão, apatia e indiferença; déficits cognitivos como falta de memória e atenção e sintomas físicos como dores generalizadas, tremores, problemas gástricos, urinários e de voz, sudorese, insônia, palpitação e estafa. Em alguns casos, incapacita o indivíduo de exercer sua função[...]. (*ibidem*, p.23)

Embora o trabalho da autora seja datado de 2016, em 2021 o cenário continua o mesmo, Souza e Ribeiro, 2022 mostram as várias patologias desencadeadas pela docência que podem levar até mesmo ao abandono da profissão

Quanto ao professor, vítima das ações violentas, são acarretados problemas que afetam diretamente sua saúde mental como baixa autoestima, estresse, depressão, ansiedade, dentro outros. Em muitos casos, ao tornar-se constante no ambiente escolar as situações de violência podem provocar no professor o sentimento de abandono e frustração, levando - o por vezes a desistir ou pedir afastamento da profissão, ao entender que sua integridade física e moral está ameaçada. (Souza, E. da S., & Ribeiro, F. dos S, 2022, p.07)

Apesar de ter perdido o protagonismo nas discussões acadêmicas, a indisciplina, que pode se constituir como um dos fatores de sentimentos negativos (sintoma de síndrome de *Burnout*), não desapareceu do espaço escolar, conforme mostrado em diversas reportagens que serão expostas mais à frente.

Já em matéria da TV Centro América de Mato Grosso datada de 25/07/2022 de Viera, L., são relatados diversos casos de professores afastados de suas atividades pelos mesmos quadros clínicos. Curiosamente, no início da reportagem já é destacado pelo apresentador que nem o sindicato e nem a própria Secretaria de Educação sabem quantos professores estão de fato afastados de seus trabalhos por motivos de doenças psicológicas ou exercendo outra função devido ao estresse de sala de

aula. Dessa forma, sem acesso a qualquer tipo de dados torna-se impossível comparar, verificar, justificar ou elaborar qualquer tipo de hipótese para tal êxodo.

Num livro de 2008, Vasconcelos (2008, p.169) relaciona a indisciplina à gestão da sala de aula por parte do professor e da participação do aluno nesse processo. Coadunando a essa ideia, a Revista Nova Escola, em reportagem intitulada “Indisciplina: o que é e o que parece ser, mas não é” a revista traz dados levantados por ela mesma em conjunto ao centro de pesquisa Ibope os quais mostram que entre 500 professores ouvidos, 69% apontam a indisciplina e a falta de atenção como principal problema em sala de aula. Tais dados são referendados pela já citada avaliação do PISA. De acordo com a matéria “Indisciplina em escolas faz Brasil ser “lanterna” na educação” publicada no jornal Gazeta do Povo em 23 de dezembro de 2019, o Brasil

Ultrapassa os 40% o índice de alunos que reconhecem que, em todas ou na maioria das aulas, o professor precisa esperar muito tempo para ensinar, até conseguir que a turma pare de bagunçar. A média dos países membros da OCDE é muito menor: 26%. (Gazeta do povo, 2019)

Ao fundirmos as alegações de Vasconcelos, da Revista Nova Escola ou dos resultados indicados pelo PISA, percebe-se que o fator indisciplinar é central na educação brasileira, ponto esse, que auxilia para a queda de nossos índices e no fracasso existente nesse âmbito. Entretanto, ao verificarmos a forma de se resolver tais problemas, ampliam-se e acaloram-se os debates já que as possíveis “soluções” partem de premissas diferentes.

A revista citada categoriza a indisciplina em duas categorias: a primeira estaria relacionada às questões morais como não xingar, bater, etc. A segunda, seriam chamadas de regras convencionais (determinadas a partir de “contratos” ou “combinados” feitos entre os docentes e seus alunos), por exemplo, o uso de aparelhos celulares em sala de aula. Em ambos os casos, percebe-se o papel do docente como além do interlocutor de informações, assumindo também a responsabilidade pelo aprendizado cognitivo, moral, cívico, ético e, nesse caso principalmente, comportamental do indivíduo. Nessa perspectiva, a revista salienta que “[...] muitos professores esperam que essa formação moral seja feita 100% pela família... “Não se trata de destituí-la dessa tarefa, mas é preciso enxergar o espaço escolar como propício para a vivência de relações interpessoais[...]”. Tal afirmação além de não contribuir para a solução do problema ainda atribui outras funções aos docentes que, ao não conseguirem alcançá-las conforme o “esperado” resulta no quadro clínico descrito no começo desta seção.

Dessa forma, atribuir ao professor a única “responsabilidade” pela indisciplina é sobrecarregar ainda mais os profissionais que diariamente “são ofendidos, agredidos verbalmente e até fisicamente, desrespeitados de inúmeras formas, tendo que se sujeitar a atitudes de deboche, sarcasmo e ameaças” (Schimieguel & Schimieguel, 2015, p.23).

Ademais, tanto o discurso de Vasconcelos quanto o da Revista Nova Escola podem denotar um sentido reduzido do conceito de indisciplina, uma vez que, retratam tais ocorrências como “inquietações em sala de aula” ou “algumas ofensas”. No entanto, trata-se de uma estreita porta que amplia horizontes para outros acontecimentos.

Segundo reportagem do UOL de 22/08/2019 a cada dia pelo menos dois professores são agredidos na cidade de São Paulo, ainda segundo a reportagem, em 2018 foram registrados 434 registros de ocorrência escolar referente à violência física dentro de sala de aula, média de 2,17 agressões físicas por dia letivo contra professores. A mesma matéria ainda compara esses dados com os de anos anteriores apontando que de 2014 a 2018 o número de registros aumentou 83%.

Além da violência, a realidade das escolas brasileiras perpassa o tráfico de drogas. Em reportagem da Folha de São Paulo de 2002, o consumo de drogas dentro das escolas havia atingido à época 32% das escolas brasileiras. Portanto, a partir desses dados observa-se que o fator indisciplina possui diversas camadas que podem ser resolvidas com “acordos” internos de sala de aula, mas, por não poucas vezes, atingem também a esfera jurídica e social.

3.2.1 A indisciplina atrelada ao método de ensino

Vasconcelos (2008) defende que cabe ao professor “trabalhar - como conteúdo de ensino-as questões relacionadas à moral e ao convívio social e criar um ambiente de cooperação”. Para o autor, para a revista citada anteriormente e na visão amplamente divulgada na academia, a indisciplina envolve frentes como instituição, comunidade, sistema de ensino e sistema social. Nessa linha, comumente são criados infinitos “modismos metodológicos” de ensino, que por sua vez, atrelam-se mais uma vez ao professor, já que sua metodologia é “antiquada”, “não lúdica” e que o discente precisa saber o porquê de estar estudando determinado assunto e necessariamente a aplicabilidade em seu cotidiano.

Segundo Benedetti e De Marco (2016), assim como qualquer outra instituição, é dever da escola contar com profissionais competentes, dinâmicos e compromissados, além de claro, se manter aberta às novas tecnologias que se tornam descartáveis e obsoletas em velocidade recorde sem perder, no entanto, sua função primária de transmitir conhecimentos historicamente construídos sendo eles “interessantes” ou não para o aluno. Nessa perspectiva o filósofo francês Luc Ferry afirma que

A verdade é que não é o interesse ou a motivação que precedem o trabalho, ao contrário: é preciso ter trabalhado muito antes para poder achar que a geografia é interessante, que Spinoza ou Kant são interessantes. Mas quando você abre a Crítica da Razão Pura e lê uma frase do tipo: "Como são possíveis os juízos sintéticos a priori?", isso não facilita a conversação e não dá vontade de continuar a leitura. É só depois de ter trabalhado muito a matemática, a física, a filosofia, ou a geografia, descobre-se que aquilo é totalmente apaixonante. (Ferry, 2013, p.12)

Desse modo, não é necessário que o conhecimento esteja obrigatoriamente engajado ou associado ao interesse discente, pois é o ato de conhecer em si que deveria tornar o saber interessante. Nesse sentido, não é a metodologia usada que predispõe o aluno ao conhecimento, mas seu desejo interno de ampliá-lo. Ainda no que diz respeito às metodologias, Benedetti (2013, p.93) ressalta que

“[...] nem o mais hábil, experiente e dedicado professor pode conduzir adequadamente uma aula, quando, para seus alunos, não há motivos para aprender. Tampouco é possível qualquer domínio de classe dentro de escolas cujo ambiente global se torna cada vez mais violento e caótico [...]”. (Benedetti 2013, p.93)

Essa perspectiva mostra que a construção do repertório acadêmico, cultural, linguístico, social, ético, moral e cívico, entre tantos outros que compõem o conceito de cidadania de um indivíduo pode não estar atrelada apenas à determinada metodologia de ensino, mas também ao trabalho, esforço e dever individual.

3.2.2 Desgaste da profissão

Na esteira dos desgastes que acometem à docência gerando patologias físicas e emocionais, como a já citada síndrome de *burnout*, e tendo como principal queixa dos professores a indisciplina, objetiva-se mostrar nesta seção que talvez esse também não seja o único fator que prejudica o desempenho e estrutura escolar brasileira.

Nosso país não se encontra apenas acima da média no que diz respeito à investimentos e abaixo em sua qualidade, quando o assunto é remuneração docente os dados obtidos mostram-se muito inferiores ao mínimo necessário à profissão segundo os parâmetros internacionais da OCDE. Em levantamento feito pela revista Exame nota-se a discrepância entre a remuneração dos docentes brasileiros em contrapartida aos demais professores dos países-membro da Organização. No ensino fundamental observa-se uma diferença de 13.700 pontos percentuais abaixo da média internacional enquanto, para o ensino médio a diferença é ainda maior chegando a quase o dobro 21.900 pontos abaixo. Tal fator expresso no gráfico a seguir poderia indicar um descompromisso das instituições públicas com a profissão que dá base e alicerça todas as outras.

Gráfico 2 – A média salarial de professores segundo a OCDE.



Fonte: Revista Exame.

Ao tomar a empreitada da economia o conceito de *capital*, o sociólogo francês Pierre Bourdieu enxerga o conceito para além do patrimônio físico, como carros, casas, e/ou econômico como, dinheiro, ouro, moeda em si (no sentido abstrato da palavra). Desse modo, o autor cria subcategorias de capital, o mais relevante para este trabalho é o **capital simbólico**. Segundo Lebaron, F. (2007, p. 102)

[...] **O capital simbólico** de um indivíduo (mas também de um grupo, de uma instituição, de um país, etc.) **é definido pelo olhar depositado (o “valor” dado) pelo resto da sociedade sobre esse indivíduo** (e, respectivamente, sobre esse grupo, essa instituição, esse país). Há, portanto, uma dimensão intrinsecamente “relacional” e coletiva. É, antes de tudo, o estatuto simbólico, em sua dimensão mais concreta, **que corresponde ao fato de ser “reconhecido” e “valorizado** (“considerado”, “apreciado”, “amado”, etc.) [...]. (grifo nosso) (Lebaron, F., 2007, p. 102)

Seguindo a premissa do autor e concomitantemente à má remuneração atribuída aos docentes conforme o gráfico da revista Exame, percebe-se a perda do capital simbólico dos professores, uma vez que, para a sociedade e seus governantes a função docente ao longo do tempo perdeu seu prestígio social de outrora.

Outra pesquisa feita pela revista Nova Escola, apenas 23% dos professores brasileiros recomendariam a profissão para as novas gerações. Se por um lado os próprios professores não indicam sua profissão, por outro, tampouco os jovens a querem. Em matéria publicada pelo UOL no dia 24/06/2018, apenas 2,4% dos jovens brasileiros teriam interesse em seguir à docência, tal estatística fora retirada do relatório de Políticas Eficientes para Professores da OCDE.

Outro estudo intitulado “Profissão Professor na América Latina: Por que a docência perdeu seu prestígio e como recuperá-lo?”, publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, destaca diversos fatores que contribuem para essa “evasão” dos jovens da carreira docente. De acordo ao documento, as justificativas variam entre o pouco prestígio/*status* social da profissão, má remuneração e pouquíssimas possibilidades de crescimento, ou seja, o desenvolvimento ou construção de uma carreira. Logo, na visão dos jovens, uma vez professor, sempre professor. Assim, a perspectiva de carreira soa monótona e sem chances de gratificações ou promoções de cargo.

Neste ponto, toma-se por referência a presença de palavras que representam “*status*”, valorização social, reconhecimento, prestígio e o ensino/carreira docente como termo antagônico a todos esses preceitos. Portanto, confirma-se a proposição de Bourdieu acerca do capital simbólico, bem como, o fato de que a docência, infelizmente, vem perdendo seu valor social e simbólico.

4. Considerações Finais

Como objetivo central deste estudo buscou-se mostrar quais os principais problemas educacionais brasileiros que assolam sua população e o desenvolvimento das novas gerações. Falou-se acerca dos investimentos feitos pelos governantes na área que, a priori podem parecer baixos, mas, ao atentar-nos friamente para os números, percebe-se que o problema se encontra além do valor em si, e sim, na forma como é investido, distribuído ou gasto.

Observou-se que a principal queixa da área docente acerca de seu cotidiano é a indisciplina e que tal adversidade é vista a partir de diferentes perspectivas. Por um lado, como falta de gestão de sala de aula por parte do professor, responsabilizando-o e propondo como medidas a serem adotadas, diálogos, acordos e cursos de formação. Por outro, o papel e a falta de comprometimento das famílias em tomar para si essa responsabilidade de “ajudar” a escola e seus docentes na formação civil, ética e moral dos discentes. Ainda no quesito indisciplinar, mostra-se uma gradação que pode iniciar com pequenos comportamentos não convencionais até âmbitos mais graves gerando risco à comunidade escolar gerando a possibilidade de solução por vias jurídicas.

Mostrou-se o quanto a profissão tem perdido seu prestígio e, no conceito de Bourdieu, seu capital simbólico, o que significa dizer, perda de *status*, desvalorização de seu trabalho tanto na esfera social quanto econômica. Tal déficit concretiza-se quando observado o desinteresse pela carreira pelas próximas gerações, talvez, podendo originar um problema maior no futuro. Ressalta-se ainda a falta de trabalhos que tenham por objetivo responder perguntas como: Por qual motivo, segundo o gráfico 2, existem uma diferença tão grande entre os docentes do Ensino Médio do Brasil em relação aos do exterior? Como a indisciplina é solucionada em outros países? E, por fim, como recuperar a credibilidade docente de outrora?

Por fim, esperou-se com esse artigo contribuir para elucidar os pontos citados, já amplamente discutidos, assim como, com os futuros debates acerca dessas dificuldades que, embora sua presença seja notória e inquestionável, suas soluções partem de diferentes perspectivas divergentes e, em decorrência disso, distantes de um consenso.

Referências

- Armstrong, M. (2019). PISA 2018: os países mais bem avaliados. Statista: <https://www.statista.com/chart/7104/pisa-top-rated-countries-regions-2016/>
- Armstrong, M. (2021). Quanto os países gastam em educação? Statista: <https://www.statista.com/chart/15434/the-countries-spending-the-most-on-education/>
- Barone, I. (2019). Gazeta do povo: educação e indisciplina na escola. Gazeta do Povo. <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/indisciplina-nas-escolas-faz-brasil-ser-lanterna-na-educacao/>.
- Benedetti, K. S. (2013). *A dignidade ultrajada: ser professor do ensino público nos dias atuais*. Ed. Barra Livros.
- Benedetti, K. S. (2016). *Eu, professora e Burnout: como o sistema público de ensino adoece professores dedicados e prejudica alunos interessados*. Ed. Juruá
- Brasil. (2018a). Visão geral da distribuição por subárea (subfunção). Portal transparência do governo. <https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2018>.
- Brasil. (2018b). Visão geral da distribuição por subárea (subfunção). Portal transparência do governo: <https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2018>
- Cerioni, C. (2019). *Brasil gasta por alunos menos da metade do que países da OCDE*. Exame. <https://exame.com/brasil/brasil-gasta-por-alunos-menos-da-metade-do-que-paises-da-ocde/>.
- Digital, R. do G., (2021). Governo firma contrato com a FGV e implementa método de ensino inovador na rede estadual. Gazeta digital: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/governo-firma-contrato-com-a-fgv-e-implementa-mtodo-de-ensino-inovador-na-rede-estadual/675982>
- Elacqua, G. et al. (2018). p.277, 978-1-59782-327-2 (Digital) Banco Interamericano de Desenvolvimento: Professores na América Latina. Porque a docência perdeu prestígio e como recuperá-la. <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Profiss%C3%A3o-professor-na-Am%C3%A9rica-Latina-Por-que-a-doc%C3%Aancia-perdeu-prest%C3%ADgio-e-como-recuper%C3%A1-lo.pdf>
- Ferry, L. (2013). Encontro Internacional de Educação Salamundo. Entrevista sobre a qualidade da educação: Curitiba. Texto em pdf:1-18. http://sinepepr.org.br/sinepe_on_line/2013/agosto/SalaMundo_Luc_Ferry.pdf
- Gurgel, T., & Moço, A. (2009) Como se resolve a indisciplina? Nova escola: <https://novaescola.org.br/conteudo/1498/como-se-resolve-a-indisciplina>
- LeBaron, F. et al. (2017). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2018) *Metodologia do trabalho científico*. (8a ed.), Atlas.
- Martins, L. (2019). Cada dia 02 professores são agredidos na escola. Folha UOL. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/08/22/a-cada-dia-ao-menos-2-professores-sao-agredidos-em-escolas-estaduais-em-sp.htm>
- Mendes, M. (2015). Boletim Legislativo Nº 26, 1-13. A despesa Federal em Educação: 2004-2014: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol26>

- Prefeitura, A. da. (2017). Prefeito de Cuiabá fecha convênio de R\$ 13 mi com Microsoft para a rede de ensino: RDNEWS. <https://www.rdnews.com.br/amp/executivo/prefeito-de-cuiaba-fecha-convenio-de-r-13-mi-com-microsoft-para-a-rede-de-ensino/88915>
- Silva, J. C. (2002). Consumo de drogas atinge 32% das escolas. Folha UOL: cotidiano. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1005200220.htm>.
- Schimieguel, O.& Schimieguel, H. (2015) *Indisciplina e impunidade na escola: porque os professores estão adoecendo e os alunos não estão aprendendo*. (1a ed.) Blumenau: Nova Letra.
- Souza, E. da S., & Ribeiro, F. dos S. (2022). Violência na escola pública de Manaus/AM: impactos na saúde física e mental de professores. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (9), e14911931725. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31725>
- Palhares, I. (2018). Só 2,4% dos jovens brasileiros querem ser professor. Uol Educação: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2018/06/24/so-24-dos-jovens-brasileiros-querem-ser-professor.htm>
- Peres, P. (2018). Somente 23 dos professores recomendaria a profissão aos jovens. Nova escola: <https://novaescola.org.br/conteudo/12215/somente-23-dos-professores-recomendaria-a-profissao-aos-jovens>
- Vasconcellos, C. dos S. (2008) *Coordenação do trabalho pedagógico – do trabalho político - pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. (9a ed.), Ed. Liberdade.
- Vieira, L. (2022). MTTV 1ª edição-Cuiabá. Saúde mental nas escolas: professores da rede pública pedem apoio do Estado (globo play): <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/videos-mttv-1-edicao/>